

Dia 23: Luciana Polenti Cremonese
Dia 24: Tiago Oliveira Prates da Fonseca
Dia 25: Julisa Helena do Nascimento
Dia 26: Felipe Wermelinger Caetano
Dia 29: Gustavo Jose Pedroza Silva
Dia 30: Jamil Luiz Simon
Dia 31: Natalia Danelli Rodrigues
48º CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARATINGUETÁ
Dia 1: Lister Caldas Braga Filho
Dia 2: Carlos Schelini Cesar
Dia 3: Paloma Sanguine Guimaraes
Dia 4: Larissa Buentes Frazao
Dia 5: Raphael Barbosa Braga
Dia 10: Marcela Agostinho Gomes de Oliveira
Dia 11: Henrique Lucas de Miranda
Dia 12: Gianfranco Silva Caruso
Dia 15: Celso Augusto Werneck de Rezende
Dia 16: Lucas Mostaro de Oliveira
Dia 17: Anna Claudia Campos da Costa Galvao
Dia 18: Ricardo Reis Simili
Dia 19: Jose Benedito Moreira
Dia 22: Anna Claudia Campos da Costa Galvao
Dia 23: Rui Antunes Horta
Dia 24: Gilberto Cabett Junior
Dia 25: Virginia Silveira Martins Neves Roma
Dia 26: Cassiano Antonio de Oliveira
Dia 29: Larissa Buentes Frazao
Dia 30: Gianfranco Silva Caruso
Dia 31: Lister Caldas Braga Filho
52º CIRCUNSCRIÇÃO JUDICÁRIA - ITAPECERICA DA SERRA
Dia 1: Igor Kozlowski
Dia 2: Bruna Ribeiro Dourado Varejao
Dia 3: Carla Murcia Santos
Dia 4: Carla Murcia Santos
Dia 5: Persio Ricardo Perrella Scarabel
Dia 10: Guilherme Silva de Deus
Dia 11: Igor Kozlowski
Dia 12: Igor Kozlowski
Dia 15: Persio Ricardo Perrella Scarabel
Dia 16: Igor Kozlowski
Dia 17: Carla Murcia Santos
Dia 18: Carla Murcia Santos
Dia 19: Guilherme Silva de Deus
Dia 22: Persio Ricardo Perrella Scarabel
Dia 23: Bruna Ribeiro Dourado Varejao
Dia 24: Guilherme Silva de Deus
Dia 25: Carla Murcia Santos
Dia 26: Guilherme Silva de Deus
Dia 29: Persio Ricardo Perrella Scarabel
Dia 30: Bruna Ribeiro Dourado Varejao
Dia 31: Guilherme Silva de Deus
(República da por necessidade de retificação - doe de 20-06-2019)

Avisos de 28-06-2019

nº 245/2019 – PGJ
O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, **AVISA** aos membros, servidores do Ministério Público e ao público em geral, a antecipação de encerramento do expediente a partir das 15h, no dia 28-06-2019, na Promotoria de Justiça de São Miguel Paulista, bem como a suspensão dos prazos nos expedientes extrajudiciais em trâmite na aludida Promotoria de Justiça, na referida data, em razão do bloqueio e restrição de tráfego em várias vias nas adjacências da Arena Corinthians (Itaquerao), a partir das 16h, para realização do jogo da Copa América. Visando evitar prejuizo aos trabalhos desta Promotoria, todos os servidores cumprirão o horário das 9h às 15h.
(Pt. 52.404/2019)

nº 246/2019 – PGJ
RECOMENDAÇÃO CNMP 69, DE 07-05-2019 – NECESSIDADE DA OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 126 A 129 DA LEI 7.210/84 – FOMENTO DE AÇÕES VOLTADAS AO OFERECIMENTO DE CURSOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE LIVROS ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições legais, a pedido do Núcleo de Execuções Criminais do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais CAOCRIM, **AVISA** aos senhores Promotores de Justiça com atribuição em execução criminal que deverão observar o disposto nos artigos 126 a 129 da LEP, bem como fomentar ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade, nos termos da Recomendação CNMP 69, de 07-05-2019.

IV - DESPACHOS

Despachos do Procurador-Geral de Justiça, de 28-6-2019

Assunto: Autorização para residir fora da Comarca em que exerce a titularidade de seu cargo.
Protocolado 42.885/2019, interessada: Bianca Reis D’Ávila Luchesi Farias, 1º Promotor de Justiça de Franco da Rocha; Protocolado 42.356/2019, interessado: Daniel Gustavo Costa Martori, 2º Promotor de Justiça de Peruibe; Protocolado 43.265/2019, interessado: Henrique Lucas de Miranda, 1º Promotor de Justiça de Cruzeiro; Protocolado 45.434/2019, interessado: Ismael de Oliveira Mota, 20º Promotor de Justiça de Osasco; Protocolado 46.016/2019, interessada: Juliana Carla Maciel Ramos, 4º Promotor de Justiça de Cubatão; Protocolado 44.591/2019, interessada: Letícia Lourenço Pavaní, 4º Promotor de Justiça de Poá; e Protocolado 43.555/2019, interessado: Rodrigo Lopes, 2º Promotor de Justiça de Itapira. Nos protocolos acima mencionados o Procurador-Geral de Justiça proferiu o seguinte despacho: Defiro o solicitado, visto atendidos os pressupostos legais e em face das manifestações favoráveis da Egrégia Corregedoria-Geral do Ministério Público e do douto Conselho Superior do Ministério Público.

Despacho do Procurador-Geral de Justiça, de 28-6-2019

Protocolado n. 45.047/19
Interessada: Oficial de Promotoria I
Objeto: concessão de aposentadoria
Trata-se de consulta da Diretoria-Geral sobre o pedido de aposentadoria de (...), Oficial de Promotoria, em razão de sua mudança de sexo.
Adotado seu relatório, acolho como razões de decidir o respeitável parecer do douto Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico que se encontra assim ementado:
“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. CONSULTA. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. ALTERAÇÃO DE SEXO.
O servidor público que teve seu registro de nascimento alterado no tocante ao nome e ao sexo tem direito à aposentadoria de acordo com esse estado”.
Assim sendo, aprovo esse parecer e atribuo efeito normativo a esta decisão.
Após, retornem à digna Diretoria-Geral para, verificados os requisitos normativos da aposentadoria nos termos dos parâmetros assentados no mencionado parecer, preparação da decisão da Procuradoria-Geral de Justiça sobre o pedido de jubilação formulado.

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. CONSULTA. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. ALTERAÇÃO DE SEXO.
O servidor público que teve seu registro de nascimento alterado no tocante ao nome e ao sexo tem direito à aposentadoria de acordo com esse estado”.
Assim sendo, aprovo esse parecer e atribuo efeito normativo a esta decisão.
Após, retornem à digna Diretoria-Geral para, verificados os requisitos normativos da aposentadoria nos termos dos parâmetros assentados no mencionado parecer, preparação da decisão da Procuradoria-Geral de Justiça sobre o pedido de jubilação formulado.

V - COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

A - CRIMINAIS

Comunicado
Protocolado: 044.628/2019 – PGJ
Representante: Maurício Betito Neto
Interessado: Nelson de Barros O’Reilly Filho (Promotor de Justiça)

Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento Protocolado: 049.280/2019 – PGJ
Representante: Aline Lopes Carvalho
Interessado: Karla Regis Galvão de Oliveira Bugarib (Promotora de Justiça)
Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento Protocolado: 041.057/2019 – PGJ
Representante: Eduardo Augusto da Anunciação Ginguerra
Interessado: Marcos Vieira de Moraes (Juiz de Direito)
Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento Protocolado: 040.259/2019 – PGJ
Representado: Wellington José Prates (Juiz de Direito)
Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento Protocolado: 047.049/2019 – PGJ
Representante: Rita de Cassia Cardoso
Representado: Gilberto Porto Camargo (Promotor de Justiça)
Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento

IX - ATOS ADMINISTRATIVOS DO PGJ

Portarias do Procurador-Geral de Justiça, de 27-6-2019

Concedendo Aposentadoria, com fundamento no art. 19, V, alínea “c” da L.C. 734/93 e com fundamento no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Antonio Carlos Ozório Nunes, RG. 8.318.500-8, PIS-PASEP: 17.031.732.741, 1º Promotor de Justiça de Taubaté – E.F, da Parte Permanente do QMP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos membros da ativa, nos termos do art. 7º da E.C. 41/2003, do padrão do seu cargo, correspondente a subsídio nos termos do art. 1º da L.C. 1032/2007, conforme consta do Processo CRH/MP 1403/94;

Concedendo Aposentadoria, com fundamento no art. 19, V, alínea “c” da L.C. 734/93 e com fundamento no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da E.C. 47/2005, a Haroldo Cesar Bianchi, RG. 7.570.348-8, PIS-PASEP: 10.117.511.797, 14º Promotor de Justiça Criminal – E.F, da Parte Permanente do QMP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos membros da ativa, nos termos do art. 7º da E.C. 41/2003, do padrão do seu cargo, correspondentes a: subsídio nos termos do art. 1º da L.C. 1032/2007, 5/5 da Gratificação de Representação de Gabinete, incorporada nos termos do art. 191, § 2º da L.C. 734/93, referente a função de Assessor do Corregedor Geral, correspondente ao coeficiente, calculado sobre a Unidade Básica de Valor-UBV, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008, alterado pelo art. 6º da L.C. 1317/2018, c.c. o Ato Normativo PGJ-693/2011 e parcela de irredutibilidade, conforme consta do Processo CRH/MP 567/88;

Concedendo Aposentadoria, com fundamento no art. 19, V, alínea “c” da L.C. 734/93 e com fundamento no art. 6º, I, II, III e IV, da E.C. 41/2003, alterado pela E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a João Carlos Sgorlon, RG. 10.639.779-5, PIS-PASEP: 10.782.632.588, 16º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto – E.F, da Parte Permanente do QMP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos membros da ativa, nos termos do art. 7º da E.C. 41/2003, do padrão do seu cargo, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, alterado pelo art. 8º, da L.C. 1.302/2017, calculada de acordo com o anexo II do Ato PGJ 121/2017; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (06), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/2010; sexta-parte dos vencimentos, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989; Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada, nos termos do art. 1º, da L.C. 813/96, referente à função de Oficial de Promotoria Chefe, calculada mediante a aplicação do coeficiente, sobre a Unidade Básica de Valor, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008, alterado pelo art. 6º da L.C. 1317/2018, c.c. o Ato Normativo PGJ-693/2011; Adicionais sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada; sexta-parte sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada; 10/10 da diferença de vencimentos do cargo de Oficial de Promotoria I, para a função de Oficial de Promotoria Chefe, incorporado nos termos da L.C. 924/2002, conforme consta do Processo CRH/MP-685/92;

Concedendo Aposentadoria, com fundamnto no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Andrea Aparecida Garbim Bernal, RG. 15.524.109-6, PIS/PASEP: 12.099.439.410, Oficial de Promotoria I, Carreira II, Padrão C-13, do QPMPEP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos servidores da ativa nos termos do art. 7º da E.C. 41/2003, do padrão do seu cargo, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, alterado pelo art. 8º, da L.C. 1.302/2017, calculada de acordo com o anexo II do Ato PGJ 121/2017; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (06), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/2010; sexta-parte dos vencimentos, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989; Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada, nos termos do art. 1º, da L.C. 813/96, referente à função de Oficial de Promotoria Chefe, calculada mediante a aplicação do coeficiente, sobre a Unidade Básica de Valor, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008, alterado pelo art. 6º da L.C. 1317/2018, c.c. o Ato Normativo PGJ-693/2011; Adicionais sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada; sexta-parte sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada; 10/10 da diferença de vencimentos do cargo de Oficial de Promotoria I, para a função de Oficial de Promotoria Chefe, incorporado nos termos da L.C. 924/2002, conforme consta do Processo CRH/MP-685/92;

Concedendo Aposentadoria, com fundamnto no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Eliane Martins Costa, RG. 18.139.739-0, PIS/PASEP: 18.072.079.897, Oficial de Promotoria I, Carreira II, Padrão C-12, do QPMPEP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos servidores da ativa nos termos do art. 7º da E.C. 41/2003, do padrão do seu cargo, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, alterado pelo art. 8º, da L.C. 1.302/2017, calculada de acordo com o anexo II do Ato PGJ 121/2017; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (06), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/2010; sexta-parte dos vencimentos, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989; Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada, nos termos do art. 1º da L.C. 813/96, relativa à função de Oficial de Promotoria Chefe, calculada mediante a aplicação do coeficiente, sobre a Unidade Básica de Valor – UBV, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008, alterado pelo art. 6º da L.C. 1317/2018, c.c. o Ato Normativo PGJ-693/2011; Adicionais sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada; sexta-parte sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada; 10/10 da diferença de vencimentos do cargo de Oficial de Promotoria I, para a função de Oficial de Promotoria Chefe, incorporado nos termos da L.C. 924/2002, conforme consta do Processo CRH/MP-829/93;

Concedendo Aposentadoria, com fundamnto no art. 6º, I, II, III e IV, da E.C. 41/2003, alterado pela E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, §9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Ida Maria Genari Martin de Melo, RG. 17.282.110-1, PIS/PASEP: 12.087.205.827, Auxiliar de Promotoria I, Carreira III, Padrão C-11, do QPMPEP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos servidores da ativa nos termos do art. 2º da E.C. 47/2005, do padrão do seu cargo, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, alterado pelo art. 8º, da L.C. 1.302/2017, calculada de acordo com o anexo VII, da mencionada L.C.; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (4), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/2010; sexta-parte dos vencimentos prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989, conforme consta do Processo CRH/MP-985/98;

Concedendo Aposentadoria, com fundamnto no art. 6º, I, II, III e IV, da E.C. 41/2003, alterado pela E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Irene Caldas Paiva, RG. 12.560.050-1, PIS/PASEP: 17.070.836.285, Oficial de Promotoria I, Carreira II, Padrão C-14, do QPMPEP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos servidores da ativa nos termos do art. 2º da E.C. 47/2005, do padrão do seu cargo, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, alterado pelo art. 8º, da L.C. 1.302/2017, calculada de acordo com o anexo II do Ato PGJ 121/2017; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (05), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/2010; sexta-parte dos vencimentos, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989; Gratificação de Representação de Gabinete, incorporada

nos termos dos arts. 1º e 2º das Disposições Transitórias, da L.C. 813/96, correspondente a “Outros Auxiliares de Nível Médio”, calculado mediante aplicação do coeficiente, sobre a Unidade Básica de Valor – UBV, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008, alterado pelo art. 6º, da L.C. 1317/2018, c.c. o Ato Normativo 693/2011 – PGJ; adicionais sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada e sexta-parte sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada, conforme consta do Processo CRH/MP- 2084/96;

Concedendo Aposentadoria, com fundamento no art. 6º, I, II, III e IV, da E.C. 41/2003, alterado pela E.C. 47/2005, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Maria de Fátima Valentim Trigo Pereira, RG. 17.563.785-4, PIS/PASEP: 1.206.812.551-1, Oficial de Promotoria I, Carreira II, Padrão C-13, do QPMPEP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos servidores da ativa nos termos do art. 2º da E.C. 47/2005, do padrão do seu cargo, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na Lei 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/2010, alterado pelo art. 8º, da L.C. 1.302/2017, calculada de acordo com o anexo II do Ato PGJ 121/2017; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (06), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/2010; sexta-parte dos vencimentos, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989; Gratificação de Representação de Gabinete, incorporada nos termos dos arts. 1º e 2º das Disposições Transitórias, da L.C. 813/96, correspondente a 60% de “Outros Auxiliares de Nível Médio”, calculado mediante aplicação do coeficiente, sobre a Unidade Básica de Valor – UBV, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008, alterado pelo art. 6º, da L.C. 1317/2018, c.c. o Ato Normativo 693/2011 – PGJ; adicionais sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada e sexta-parte sobre a Gratificação de Representação de Gabinete Incorporada, conforme consta do Processo CRH/MP- 235/92; Protocolado: PGJ/MP 0094425/18

Assunto: Reavaliação de classificação de adicional de insalubridade

Decisão do Procurador-Geral de Justiça, de 27-6-2019

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e à vista do Laudo Técnico expedido e homologado em 31-10-2018 pelo Grupo Técnico de Insalubridade do Departamento de Perícias Médicas do Estado, nos termos da Resolução SRT 37, de 30/4/87 e da L.C. 432, de 18/12/85, regulamentada pelo Decreto 51.782, de 27/4/2007 e pela L.C. 835, de 4/11/97, Cessa em razão de reavaliação e consequente classificação como Isento, o adicional de insalubridade concedido à servidora Fernanda Vellozo de Aguiar Malaquias Paes, RG. 44.143.866-0, Oficial de Promotoria I, do QPMPEP;

Fixando, de acordo com o art. 135, III, da Lei 10261/68 e nos termos Anexo III do Ato (N) PGJ 693/2011 alterado pelos Atos (N) 728/2012-PGJ e 1.016/2017-PGJ, a partir de 11/6/2019, a Telma Aparecida Rodrigues Pinheiro, a gratificação mensal relativa à função de Chefe de Equipe, calculada mediante a aplicação do coeficiente sobre o valor da Unidade Básica de Valor, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008;

Fixando, de acordo com o art. 135, III, da Lei 10261/68 e nos termos Anexo III do Ato (N) PGJ 693/2011 alterado pelos Atos (N) 728/2012-PGJ e 1.016/2017-PGJ, a partir de 17/6/2019, a Rodrigo Narusevicius, a gratificação mensal relativa à função de Auxiliar Operacional, calculada mediante a aplicação do coeficiente sobre o valor da Unidade Básica de Valor, instituída pelo art. 33, da L.C. 1080/2008;

Cessando, a partir de 21/12/2019, os efeitos da portaria de 25, publicada no D.O. de 26/2/2011, que fixou a Gratificação de Diligência, em nome de Reinaldo Moreira.
Apostila do Procurador-Geral de Justiça, de 27-6-2019
Declarando que, de conformidade com o art. 191, § 2º, da L.C. 734/93, Haroldo Cesar Bianchi, RG. 7.570.348-8, 14º Procurador de Justiça Criminal, faz jus à incorporação à sua remuneração, para todos os efeitos legais, como vantagem pecuniária da totalidade da Gratificação de Representação, referente a função de Assessor do Corregedor-Geral, a que se refere o art. 190 da L.C. 734/93, e Ato (N) 693/2011, cujo valor da vantagem incorporada evoluirá de acordo com a gratificação que lhe deu origem.

CONSELHO SUPERIOR

Aviso 155/19 - CSMP, de 28/06/19

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, AVISA aos interessados que a ordem do dia da sessão pública administrativa a se realizar no dia 02-07-2019, é a seguinte:

1. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA
1. Indicações: Procurador de Justiça e Entrâncias Final e Intermediária

2. Fixação de Critérios: Procurador de Justiça
3. Pedido de afastamento para participar do 29th World Congress of the International Association for the Philosophy of Law and Social Philosophy, na University of Lucerne, Suíça, entre os dias 07 e 13-07-2019. Interessado Doutor Ronaldo Porto Macedo Júnior, 26º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Cível (Pt. 45.306/19 – Relator Conselheiro Del-Campo).
4. Pedido de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade Católica de Santos, pelo período de 30 (trinta) dias – entre 01 a 30-08-2019. Interessado Doutor Gustavo Roberto Costa, 3º Promotor de Justiça de Guarujá (Pt. 46822/19 – Relator Conselheiro Rossini).

5. Pedido de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade de São Paulo, pelo período de 30 (trinta) dias – entre 01 a 30-10-2019. Interessado: Doutor Alexandre Alberto de Azevedo, 8º Promotor de Justiça de Barueri (Pt. 49571/19 – Relatora Conselheira Joiese).

6. Relatórios finais referentes a pedidos de afastamento autorizados por este Conselho Superior. Interessados Doutores Letícia Lourenço Costa, 7ª Promotora de Justiça Cível de Santana (Pt. 33.105/19 – Relatora Conselheira Joiese), Filipe Viana de Santa Rosa, 2º Promotor de Justiça de Pirajui (Pt. 40.619/19 – Relator Conselheiro Julioti) e Antonio Carlos Ozorio Nunes, 1º Promotor de Justiça de Taubaté (Pt. 53.315/18 – Relatora Conselheira Ana Margarida).

7. Pedidos de residência fora da Comarca. Interessados: Doutores Celisa Ágata Lopes Mota, 3ª Promotora de Justiça de Jandira (Pt. 46.991/19 – Relator Conselheiro Sabella) e Diogo Pacini de Medeiros e Albuquerque, 3º Promotor de Justiça de Peruibe (Pt. 49.140/19 – Relator Conselheiro Hamilton).

II. COMUNICAÇÕES SOBRE MOVIMENTO DA SECRETARIA
AVISO ARTIGO 228-RI:

201 protocolos publicados em 24-06-2019.
DISTRIBUIÇÕES:
434 protocolos distribuídos até 27-06-2019.

III. ENCERRAMENTO
ANEXO

1. Pt. 51824/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Wallace Paiva Martins Junior, Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, com cópia da Ação Direta de Inconstitucionalidade TJ 2099728-19.2019.8.26.000.

2. Pt. 51628/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor José Luiz Berdnarski, 2º Promotor de Justiça de Jacareí, comunicando a propositura da Ação Civil Pública nº TJSP 10055158-55.2019.8.26.8.0292.

3. Pt. 50967/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Luis Dias Fernandes, 2º Promotor de Justiça de Aparecida, comunicando a instauração do IC 14.0192.0000353/2019-3.

4. Pt. 51405/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor André Luiz Nogueira da Cunha, 6º Promotor de Justiça de Catanduva, comunicando a instauração do IC 553/19.

5. Pt. 51617/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Rodrigo Sanches Garcia, 4º Promotor de Justiça de Valinhos, comunicando a prorrogação do prazo de conclusão do IC 405/09.

6. Pt. 51448/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Jamile Tavares, 1º Promotora de Justiça Substituta da 11ª CJ (Piras-ununga) –5ª Promotoria de Justiça de Araras, comunicando o cumprimento da recomendação exarada homologação do arquivamento de IC 42.0739.0007748/2018-1.

7. Pt. 50814/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Marcelo Antonio Francischette da Costa, 2º Promotor de Justiça de Fernandópolis, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 149/18.

8. Pt. 50966/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Raffaele de Filippo Filho, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 1271/13.

9. Pt. 50968/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Marlon da Silva Fernandes, 9º Promotor de Justiça de Praia Grande, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 2511/17.

10. Pt. 50997/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Ana Cândida Silveira Barbosa, Promotora de Justiça de Porangaba, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 473/17.

11. Pt. 51031/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor João Bosco Leite dos Santos Junior, 5º Promotor de Justiça Substituto da 51ª CJ (Caraguatatuba) – 3º Promotor de Justiça de São Sebastião, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 1304/13.

12. Pt. 51100/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Elias Francisco Baracat Chaib, 1º Promotor de Justiça de Socorro, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 08/08.

13. Pt. 51443/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Luiz Antônio Miguel Ferreira, 3º Promotor de Justiça de Presidente Prudente, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 22/16.

14. Pt. 51825/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Alesandro Bruscki, 4º Promotor de Justiça de Praia Grande, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 2711/12.

15. Pt. 52272/19 – Ofício encaminhado pela Doutora Sandra Regina Ferreira da Costa, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Piracicaba, comunicando o cumprimento integral do compromisso de ajustamento de conduta firmado no IC 590/18.

16. Pts. 52236/19 e 52238/19 – Ofícios encaminhados pelo Doutor Christiano Augusto Corrales de Andrade, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Franca, comunicando o cumprimento integral dos compromissos de ajustamento de conduta firmados nos ICs 1536/18 e 2645/16.

17. Pts. 50312/19, 50314/19 e 50316/19 – Ofícios encaminhados pelo Doutor Gustavo Roberto Costa, 3º Promotor de Justiça de Guarujá, comunicando o arquivamento dos PANI 1044/18, 1586/18 e 1844/19.

18. Pt. 50359/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Angelo Santos de Carvalhaes, 15º Promotor de Justiça de Campinas, comunicando o declínio de atribuição do IC 14.0713.0009059/2017-7.

Aviso 156/19 - CSMP, de 28-6-2019
O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 231 de seu Regimento Interno, AVISA aos interessados que a ordem do dia da sessão pública plenária para julgamento de inquéritos civis e/ou peças de informação a se realizar no dia 02-07-2019, é a seguinte:

PLENO
Relatores:
EDUARDO ROBERTO ALCANTARA DEL CAMPO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0167.0005845/2018-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO e CONSIADEL - CONSTRUTORA E LAÇOS DETETORES E ELETRÔNICA LTDA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0409.0000882/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO CLARO
Interessados: LEILA MARIA DUCKUR PIZZOTTI e CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0444.0000293/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: ANNA KARLLA ZARDETTI e FÁBIO FIGUEIREDO LOPEZ

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: MEIO AMBIENTE

Nº MP: 43.0678.0000214/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - 18ª SUBS

Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO